

O MITO NOS FASTOS DE OVÍDIO

José Alves Fernandes

I – Introdução: Conceito e entendimento do mito.

O presente não é, está sendo e deixando de ser. O futuro ainda não é, promete ser. Só o passado existe, guardado na impressão do pensamento ou no registro das memórias escritas ou epigrafadas. Donde a razão de ser e a justificativa da necessidade de conhecer a História - mestra da vida.

E é nesse conhecer a História que se enquadra o estudo e a consideração do mito. Mas vamos eliminar, logo de saída, a noção errônea de mito como fantasia extravagante, como relato imaginário ou como simples narrações fabulosas ou lendárias.

Descaracterizar o mito como sendo uma categoria inferior de visão do mundo, a esta altura do desenvolvimento cultural da humanidade, será uma prova de simplismo leviano ou pelo menos reducionista de apreciação da complexa realidade do mundo e do Homem.

O mito que aqui nos interessa também não se refere à imagem engrandecida de personagens famosas transformadas em ídolos da admiração popular pela força dos meios de comunicação de massa.

Para o propósito desta apresentação ou desta palestra, entenda-se por mito a concepção ou visão do mundo como uma participação ou comunhão mística do homem com a realidade que o circunscreve. Acrescente-se, para logo, que a expressão dessa realidade ou dessa comunhão realiza-se por palavras e obras, por ritos expressos na forma de súplicas, rogos, conjurações, votos e cerimônias de caráter sagrado.

Conclua-se, portanto, que é da essência do mito visualizar a existência humana como envolvida e dependente de forças transcendentais, vale dizer, sagradas ou mágicas e não enquadradas nos esquemas da limitação racional.

Assim entendido, o mito não tem o seu interesse reduzido apenas aos povos primitivos carimbados pelo rótulo sumário de porta-

dores de mentalidade pré-lógica. Se todos os homens admitem a existência de realidades transcendentais, se a própria religião não se define como uma forma exclusivamente racional de pensar, como descartar o valor do mito entre os processos de entendimento e de tratamento da realidade?

Para a mais esclarecida e atualizada visão do problema, o reconhecimento do homem como animal religioso – vale dizer: ligado à transcendência – implica a confissão de que suas crenças e conseqüentes maneiras de interagir com o cosmos constituem matéria do mais legítimo interesse de numerosas áreas de perquirição humana, como, por exemplo, a antropologia filosófica, a fenomenologia, a psicologia, e outras províncias e departamentos do saber.

II – Os Fastos: Cronologia e conceituação.

Os Fastos de Ovídio contam já 1989 anos (datariam do ano de 18 d.C.) e, como gênero didático-poético que são, continuam a ensinar e alimentar a inteligência e o espírito de todos os tempos. E quem assim o proclama não sou eu, é a memória e o consenso universal de todos os foros competentes para ajuizar da sua excelência.

Mas que são realmente os Fastos? São o memorial da vida histórico-religiosa do povo-rei. São o relato ou a lavratura das atas ou dos atos, feitos e celebrações que constituíram o dinamismo vital do mais famoso e celebrado império do mundo. O termo é empregado hoje em linguagem oratória ou retórica para designar o registro dos acontecimentos gloriosos ou marcantes da história de um povo, ou de uma nação.

Os Fastos de Ovídio constituem o calendário dos eventos ou festas histórico-religiosas de Roma abrangendo os meses de janeiro a junho, uma vez que a morte do poeta lhe cortou o fio da vida antes da conclusão da obra.

Para compreender bem a essência desse admirável calendário da religião vivida por aquelas gerações, precisamos ter presente o fato de que, para aquele povo ou aqueles povos, os deuses estavam presentes para proteger-lhes, em todos os instantes, cada item significativo para suas existências: o seu rebanho, a sua lavoura, os seus vinhedos, o fogo, o limite das suas propriedades, o rio, a floresta, o nascimento dos fi-

lhos, o matrimônio, todas as circunstâncias imagináveis estavam sob a tutela de uma divindade especial.

Dessa maneira, somos levados a afirmar que a vida pagã da cidade antiga era bem mais religiosa – isto é – bem mais ligada à divindade do que a “vida cristã” da civilização secularizada dos nossos dias. Não gostaríamos de ter razão ao nos aventurarmos a dizer que a Roma dos cinquenta mil deuses era bem mais religiosa do que a Roma do Deus uno e único. Tal consideração é de tão grande importância que poderíamos afirmar: é mais verdadeiro falar-se de uma religião latina do que de uma mitologia latina.

Convém, no entanto, prevenir o seguinte: apesar de serem numerososíssimos os deuses romanos, os mitos propriamente romanos são muito poucos e existem, por assim dizer, em função da incorporação de lendas e tradições de outros povos aparentados, ou conquistados ou assimilados ao grande Império.

Para concluir esta breve tentativa de interpretação do sentido intrínseco dos *Fastos*, gostaria de acentuar a importância da obra como expressão da Literatura, porquanto a referida criação de Ovídio representa o comovedor exemplo de um artefato nada poético – um almanaque ou um calendário – transfigurado em poema pelo talento e inspiração de um poeta, certamente assistido pelo patrocínio das musas. É a Literatura, de mãos dadas com a História, a levantar o acervo da arqueologia espiritual de Roma, inesgotável vertente da cultura ocidental.

III – Apresentação de alguns mitos referidos nos *Fastos*:

O mito da partenogênese

Poderá alguém nascer de uma mãe virgem? Encontram-se, em várias religiões e mitologias antigas, referências e relatos dando conta dessa singular ocorrência.

Para não ir muito longe em busca de comprovações aprovatórias limitemo-nos a citar o nosso Ovídio para quem Rômulo era filho do deus Marte e da virgem vestal Réia Sílvia, sendo o próprio deus Marte filho da deusa Juno sem a participação de nenhum marido ou padreador. E o processo mágico foi por demais singelo. Foi bastante que Flora, a deusa dos jardins, tocasse o seio de Juno com uma flor encantada, para que se desse a fecundação: “*Et tacto concipit illa sinu*”,

diz Ovídio na concisão inimitável do latim. Na verdade, nascer de uma mãe virgem ou não fecundada naturalmente, significava em várias culturas antigas que esse personagem haveria de ser, como Rômulo, uma figura extraordinária, um deus ou um herói-semideus.

Daí os contestadores da divindade de Cristo nascido de uma virgem sustentarem que o dogma católico não passa da recriação analógica do mito da partenogênese combinado com a divinização ou apoteose do Salvador.

E como se não bastasse essa coincidência, por ocasião da morte de Rômulo, levantou-se uma grande tempestade seguida de um eclipse do sol, tal como se narra com relação ao momento da morte de Cristo: “Eis que o véu do templo se rasgou de alto a baixo, tremeu a terra, fenderam-se as rochas, diz o evangelho de Mateus”.

De maneira semelhante escreve Marcos: “Chegada a hora sexta, houve trevas sobre toda a terra até a hora nona.” Vem a propósito igualmente lembrar estas palavras dirigidas por Jesus a poucos instantes da sua derradeira hora às santas mulheres que batiam no peito e o lamentavam: “Porém Jesus, escreve Lucas, voltando-se para elas, disse – Filhas de Jerusalém, não choreis por mim; chorai, antes por vós mesmas e por vossos filhos.” (cap. 22, versículo 28).

Na verdade, tanto Rômulo como Jesus querem dizer: um Deus não necessita de compaixão, um deus é um senhor do poder supremo, quem necessita de compaixão ou comiseração são os seres humanos, cheios de limitações e de carências.

E as coincidências não param por aí. Tal como Cristo, também Rômulo apareceu ressuscitado a determinada pessoa nobre da cidade de Alba Longa, chamado Júlio Próculo a quem teria dito: Em meu nome diga ao povo que não (me) chore, pois suas lágrimas são uma injúria à minha divindade: *Prohibe lugere Quirites; /Nec violent lacrimis numina nostra suis.* (Fastos, I, II, 505-506)

O mito do bode expiatório

A Bíblia Sagrada, ao tratar das cerimônias de expiação dos pecados, descreve longamente o referido ritual no capítulo 16 do Levítico e mais extensivamente ainda no capítulo 29 de Números.

Tratava-se do seguinte: No dia das expiações – o *yom kippur* - que era o décimo dia do sétimo mês dos hebreus, o sacerdote confessava os pecados do povo, impondo as mãos sobre um bode, que era expulso para o deserto. A esse bode chamam os que a ele se referem de bode expiatório ou bode emissário, expiatório porque representa a expiação ou a satisfação dos pecados cometidos pelo povo e emissário porque era emitido ou despachado para um lugar remoto e desconhecido.

Pois bem, esse mito está também contemplado pelos Fastos de Ovídio sob diversa vestimenta. Aqui não se trata de um animal, de um bode, mas de um velho, como se lê entre os versos 540 e 545 do livro III: “Acabo de presenciar uma cena ridícula, eis que ali vinha um velho embriagado, acompanhado de uma velha igualmente bêbada, tentando ampará-lo.” Este velho chamava-se Mamúrio e era açoitado com varas brancas enquanto se dava a sua expulsão da cidade.

O simbolismo dessa expulsão traduzia um rito de purificação e de renovação, pois o velho, chamado na íntegra Mamúrio Vetúrio, personificava o Ano Velho que dava lugar ao Ano Novo, por isso, essa celebração se realizava no mês de março, o primeiro mês do ano no calendário antigo de Roma.

Existem na mitologia romana outras ocorrências de prática desse sacrifício substitutivo do bode expiatório a que os gregos denominavam “jarmakon”, espécie de *remédio* heróico para debelar um mal de extrema gravidade e para o qual não se dispunha de meios comuns para a sua erradicação. O deus Vulcano, por exemplo, a quem cabia a guarda e proteção do fogo, em cuja honra se celebravam a 23 de agosto as Vulcanálias, festas em sua honra, ocasião em que se lançavam no fogo animais vivos.

Tais cerimônias nos testificam um exemplo de imolação substitutiva, sendo os referidos animais lançados ao fogo, como escreve o historiador romano Festo, *pro animis humanis*, quer dizer, em vez ou no lugar de criaturas humanas.

Ovídio, nos Fastos, Livro VI, versos 625-628, atribui-lhe grande importância no contexto da história de Roma, quando lhe confere a paternidade do sexto rei de Roma: O pai de Túlio foi Vulcano – *Pater Tulli Vulcanus*.

O mito da idade do ouro e da inocência primordial

Desde as mais remotas tentativas de descrição da vida dos homens sobre a terra, encontramos o relato ou pelo menos a evocação de um período de pleno bem-estar e de realização satisfatória de um ideal de paz e harmonia com o mundo em que vivem sob a proteção dos deuses. Isto define, sintomaticamente, o homem desde sempre como um animal religioso, a partir do nível de consciência que lhe permitiu reconhecer-se como parte de um universo integrado por seres dependentes um do outro, vale dizer, no mais amplo sentido possível, como animal político ou social.

Nessa idade de ouro, quando reinava no céu da mitologia helênica o deus Crono ou no panteon egípcio a figura de Osíris, os homens viviam de coração tranqüilo, livres das fadigas e desventuras, isentos da ameaça da velhice, perpetuamente dotados de agilidade e de energia física e, se morriam, a morte se lhes apresentava como um sono tranqüilo de uma noite de verão.

O mesmo panorama, *mutatis mutandis*, era a vida humana levada pela geração dos primeiros templos bíblicos, sob a proteção de Jeová, entre os deleites indescritíveis do jardim do Éden.

Mas essa felicidade estava condicionada à contraprestação dos deveres de natureza religiosa compendiados na celebração dos cultos de reconhecimento e gratidão aos deuses ou a Deus. E como os homens não corresponderam, a sua infidelidade foi punida com a eliminação desses inestimáveis benefícios. Zeus ou Crono, escreve Hesíodo em “Os Trabalhos e os Dias”, sentindo-se desdenhado, fê-los desaparecer, porque deixaram de honrar os deuses bem-aventurados, habitantes do Olimpo.

Esse estado de felicidade paradisíaco era uma conseqüência natural da inocência de vida ou da ausência de maldade ou malevolência do homem criado por Deus ou pelos deuses.

Em poucas e como sempre concisas palavras assim se manifesta Ovídio nos Fastos, Livro I, verso 368-369: Nem de hóstias, nem de vítimas contudo/ precisavam os mortais naqueles tempos/ para conciliar o favor celeste: bastava-lhes um punhado de cândida farinha, um grão de puro sal e nada mais.

Mitos astrológicos

Assim se denominam os mitos que configuram representações de astros ou de fenômenos meteorológicos.

Nos Fastos, Livro III, entre os versos 493 e 548, desenrola-se o relato mítico de um personagem estranhamente constituído. Chama-se Órion e tem como pai um velho de nome Hiereu. Assim como houve mulheres que desejaram ser ou que foram mães, dispensando o concurso masculino, o nosso Hiereu, por fidelidade extrema à sua falecida mulher a quem jurara, por Júpiter, não substituir nunca por outra, rogara ao deus que lhe deparasse um meio de ter um filho, sem quebrar o juramento sagrado que fizera.

O senhor do céu, então, juntamente com Netuno e Mercúrio, que haviam sido muito bem recebidos por Hiereu em sua humilde choupana, com a mais gentil hospitalidade, prometeram-lhe satisfazer ao seu honesto desejo.

E a solução rabelaisiana e burlesca foi a de empaparem de urina sagrada o colchão em que dormia o fiel viúvo e aguardar o resultado. E mais uma vez, em meia dúzia de palavras, revela Ovídio o que aconteceu: “*Jamque decem menses; et puer ortus erat*” – passados dez meses nascia o pimpolho. O nascimento de uma vida é sempre um grande mistério!

E que nome lhe dar? - pensava Hiereu. Não havia melhor solução do que um nome falante, isto é, um nome que desse conta do fato extraordinário: Urion/Orion, o filho das urinas sagradas.

Esse filho de três deuses será posteriormente levado aos céus pela deusa Latona, mãe de Apolo, a quem livrara de uma picada de escorpião. Transformou-se na constelação hoje conhecida como Órion formada pelas três estrelas brilhantes que chamamos as Três-Marias, cada uma representando um dos três genitores do filho de Hiereu.

Ser transportado para o céu é incluir-se na categoria dos seres sobre-humanos, é participar da condição divina. “*Caeli enarrant gloriam Dei*”, reza o texto escriturístico.

A leitura vertical do reconto ensina-nos que no universo sacralizado da cultura mítica transpunha-se com perfeita naturalidade a fronteira do mundo real ou concreto e ingressava-se no território do sagrado, onde os deuses velavam pela sorte dos homens, premiando-

os quando agiam bem ou castigando-os quando desmereciam a sua proteção e os seus favores.

O mito do eterno retorno/mito cosmogônico

Um dos mais bem compostos relatos dos Fastos de Ovídio é a história mítica de Anna Perenna, que se estende por mais de 500 versos do Livro III.

A aura encantatória que envolve a personagem começa pelo seu nome “Anna” com dois nn e Perenna com dois nn. Tanto o prenome como o sobrenome se relacionam com o vocábulo “ano”, em latim *annus* com dois nn. De tal forma que, traduzindo-o literalmente teríamos o pleonasma o ano que dura todo o ano.

Era a deusa que presidia a todo o curso do ano e garantia a sua volta infalível. Celebrava-se a sua festa nos *idus* de março, isto é, no dia 15 do primeiro mês do ano. Era como se se tratasse da comemoração do Ano Novo, colocando-o sob a proteção divina que lhe garantiria a perpétua renovação, ou o eterno retorno. Note-se que em português o adjetivo “perene” se refere primordialmente ao rio que nunca seca: “graças ao açude Orós o rio Jaguaribe se tornou perene.”

Uma das circunstâncias que muito favoreceu a difusão e crescimento do culto da deusa do ano foi o triunfo da plebe romana em face da oposição histórica que contra ela exercia a classe dos patrícios negando-lhe sempre as aspirações de ascensão social.

Numa das fases extremamente críticas da luta política foi Ana Perena que socorreu a classe desprotegida, assegurando-lhe a sobrevivência e concorrendo para a conquista de importantes reivindicações de natureza política.

A esta altura, nós, homens do nosso tempo, racionais, secularizados e profanos, nos perguntamos: mas essa Ana Perena era uma deusa ou era uma líder política engajada sob a bandeira de uma luta de classes?

Para a consciência mítica essa dúvida não tinha por onde se levantar; o próprio nome Perenna já constituía um indicativo poderoso e avalizador do seu caráter de imortal, da sua dimensão de

nume, vale dizer, de um ser de natureza superior mas nem por isso interdito ou impossibilitado de irromper no teatro da ação deste mundo sublunar. Na verdade, o sobrenatural deixa-se apreender e compreender pelo homem religioso através dos aspectos naturais do mundo, comenta M. Eliade.

O acontecimento primordial que o mito pretende celebrar é a importância do tempo para a espécie humana através da comemoração festivamente celebrada. Por outro lado, o rito condignamente executado é condição *sine qua non* da eficácia da comemoração. Em cada Ano Novo reitera-se a cosmogonia, recria-se o mundo, regenera-se o tempo.

Muitas considerações paralelas se podem observar ao longo do extenso relato da história de Ana Perena; fala-se do conceito de transmigração das almas, invocando-se a memória de Pitágoras, fala-se da necessidade do casamento para a perpetuação das gerações, da ação conciliatória das mulheres, mais afetuosas e ponderadas do que os homens, fala-se da orgia regada a vinho, rogando à deusa durante a sua festa, um verdadeiro piquenique, que conceda aos homens tantos anos de vida quanto os copos de vinho que cada um for capaz de beber, etc.

Toda essa variedade de apelos diversivos constitui a filigrana poética e encantatória da mensagem ou da intenção nuclear do mito: celebrar a significação da perpetuidade do tempo por ocasião dos festejos do Ano Novo. Conexo a esse intento central rende o poeta o seu preito de homenagem a Júlio César pela reforma do antigo calendário de Rômulo, que de então por diante veio a chamar-se calendário juliano, acarretando igualmente a mudança do nome do antigo mês de Sextilis para Júlio [ou julho], isto a partir do ano 44 a.C.

Foi com essa reforma do calendário de Júlio César que apareceu a palavra bissexto. É que para a harmonização ou ajuste dos cálculos astronômicos foi necessário acrescentar de quatro em quatro anos um dia a mais em data precisa e conveniente, que veio a ser no dia sexto das calendas de março, equivalente a 24 de fevereiro, data que deveria ser computada duas vezes, “bis” em latim, quer dizer de quatro em quatro anos haveria de bisar-se o dia sexto das calendas de março, donde esse ano especial vir a chamar-se ano bissexto.

Conclusão

E para encerrar, passamos a palavra ao mais famoso, porque o mais competente dos especialistas neste vasto domínio interdisciplinar, o mitólogo romeno Mircea Eliade, quando afirma: “Cada mito mostra como é que uma realidade veio à existência, seja ela a realidade total, o Cosmos, ou somente um fragmento [dessa realidade]: uma ilha, uma espécie vegetal, uma instituição humana.” E acrescentamos nós: um simples calendário, um almanaque transformado em poema pela inspiração de um afilhado dos deuses.